



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas – ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

Curso Atos de Pessoal

De 08 a 10/09

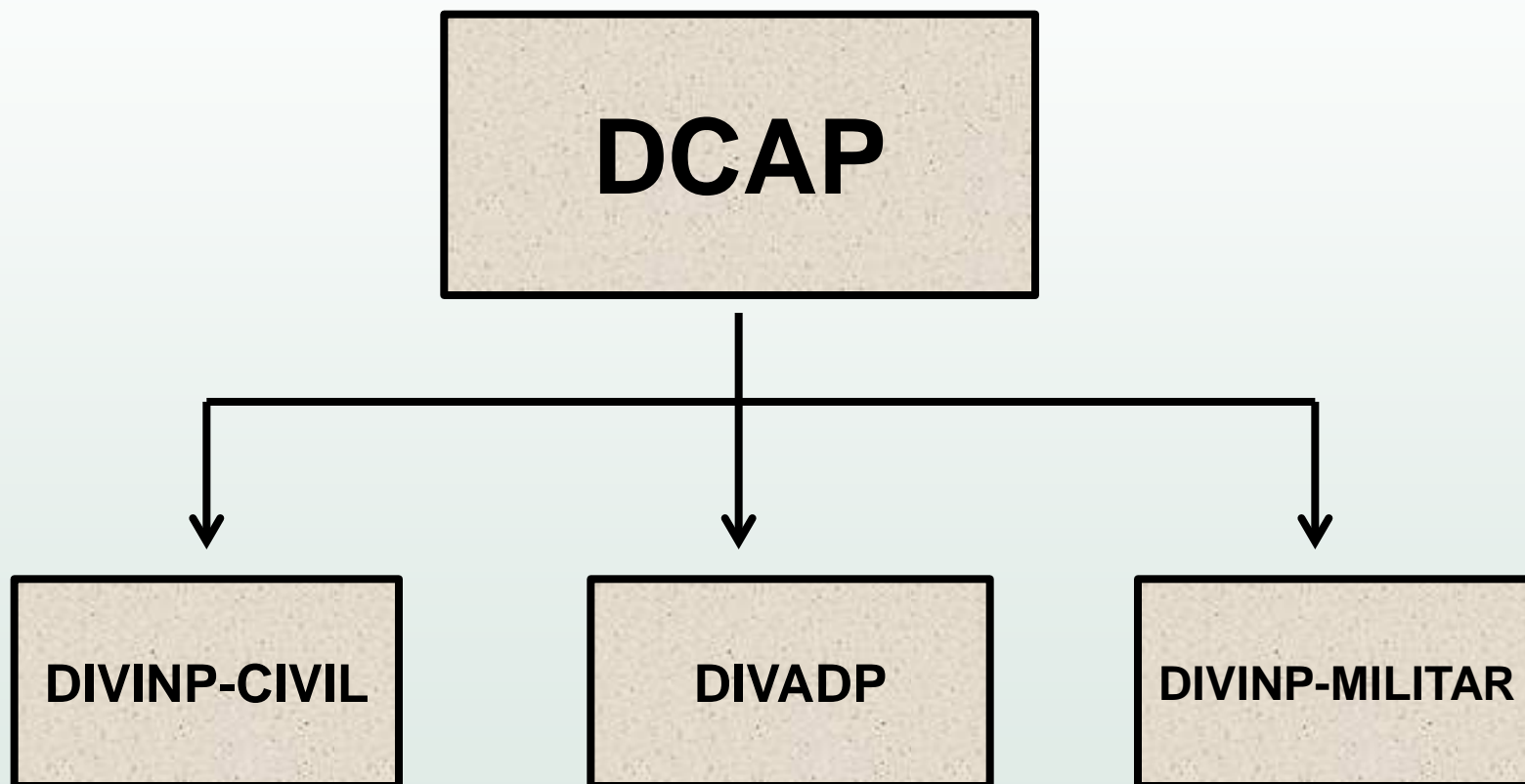
PENSÃO

Apresentação:

Maria Gleidivana Alves de Albuquerque

**Auditora de Controle Externo e Chefe da Divisão de
Inativos e Pensionistas - Civil**

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL



COMPETÊNCIA

Constituição Federal:

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reforma e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

COMPETÊNCIA

Constituição Estadual (Rondônia):

Art. 49: O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade:

b) das concessões de aposentadorias, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.



COMPETÊNCIA

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
– LC nº 154 de 26/07/96:

Art. 1º: Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar:

COMPETÊNCIA

V – apreciar, para fins de registro na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes estaduais e municipais, bem como a das concessões de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.



COMPETÊNCIA

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Resolução Administrativa nº 005/TCERO-96:

Art. 54: O Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de:

II – concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.

COMPETÊNCIA

A função do tribunal não se reduz ao simples registro do ato concessivo, entendido como sua singela inscrição em livro próprio ou equivalente. A verdadeira incumbência do tribunal é *apreciar a legalidade* do ato de concessão de aposentadoria e de pensão, isto é, verificar se o mesmo foi praticado em conformidade com a legislação aplicável, se é correto o fundamento legal que o ensejou ou se foi cometida alguma irregularidade que o macule. Essa é a finalidade precípua da atividade cometida ao tribunal, tanto que a própria Constituição exclui de sua competência aquilo que denomina de "melhorias posteriores que *não alterem o fundamento legal*" do ato.



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, para fim de adoção de exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e do disposto nos artigos 121, I, “p”, 175 e 187, XXII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas;



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar esforços dos órgãos de fiscalização e controle, com vistas a conferir maior efetividade às suas ações;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar forma seletiva de fiscalização e controle, segundo os critérios de risco, materialidade e relevância; e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) e da eficiência administrativa (art. 37, “caput”), que implicam na necessidade de tornar mais céleres, efetivos e seguros os procedimentos relacionados às atribuições fiscalizatórias do Tribunal de Contas,



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 37-A da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37-A. No exame de processos relativos a atos de aposentadoria, reforma e pensão, adotar-se-á o exame sumário quando verificados os seguintes requisitos:

I – o valor dos proventos, soldos ou benefícios for igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do ato; e

II – o órgão de controle interno da unidade de origem se pronunciar pela legalidade do ato.



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

§ 1º A instrução dos processos selecionados ao exame sumário consistirá na verificação formal do atendimento ao rol dos documentos exigidos por esta Instrução Normativa.

§ 2º O exame sumário relacionado ao estoque dos processos em tramitação, até a data da entrada em vigor desta Instrução Normativa, prescinde da manifestação do órgão de controle interno.

§ 3º Após a instrução do processo, a Secretaria-Geral de Controle Externo, concluindo pela legalidade do ato, submeterá o feito ao Relator que, proporá decisão sobre a legalidade e registro do ato, mediante relação, nos termos do artigo 172 do RITCRO, ao respectivo colegiado, ouvido o Ministério Público de Contas.
(AC)



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação. (DOE nº 631 em 17/03/2014).

Porto Velho, 7 de fevereiro de 2014.

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

Art. 29 da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004 - Pensão civil:

I – requerimento do beneficiário;

II – cópia da certidão de óbito;

III – cópia da ficha de assentamentos funcionais;

IV – documento contendo relação nominal dos beneficiários com indicação do grau de parentesco, assinado pelo servidor ou militar;

V – cópia do documento comprobatório da relação de parentesco do requerente com o instituidor da pensão;



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

VI – cópia do ato concessório, constando sua fundamentação legal, nome do instituidor e dos beneficiários da pensão, com a indicação do grau de parentesco, data do óbito, cargo, data da vigência do benefício e, **indicação da cota-parte correspondente a cada beneficiário;**

➤ **É correto o sobrestamento de cotas?**

VII – cópia da publicação do ato concessório;

VIII – planilha de pensão, elaborada conforme formulário - anexo TC-36;

IX – cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração percebida pelo servidor civil;



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

- X – declaração de dependência econômica, se for o caso;
- XI – **informação do órgão de origem sobre a condição de ativo ou inativo na data do falecimento e, se com proventos integrais e proporcionais; (EC nº 70/2012 e Pensão Derivada)**
- XII – comprovação de guarda ou tutela quando se tratar de menor.

Art. 50 da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004: As cópias dos documentos mencionados nos artigos 26, 27, 28, **29** e 30 deverão, obrigatoriamente, ser autenticadas pelo responsável mediante cotejo com os originais, se não houver sido anteriormente feito por Tabelião, nos termos do Decreto Federal nº 89.936, de 06.09.79.



COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO MARITAL (COMPANHEIROS)

➤ Art. 40, 12 da CF/88: Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e **critérios fixados para o regime geral de previdência social.**

A comprovação do vínculo marital entre companheiros se dá mediante Decisão judicial de reconhecimento da união estável, ou ainda, pela aplicação do mesmo critério da Previdência Social – INSS, qual seja a apresentação de no mínimo 3 (três) documentos. Não se admite prova exclusivamente testemunhal. Exigem-se, no mínimo, três provas documentais.



COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO MARITAL

O art. 22, § 3º do Decreto Federal nº 3048/99 (aprova o regulamento da Previdência Social) exige para comprovação da união estável, junto ao INSS, que sejam apresentados no mínimo três dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento de filho havido em comum;
- II - certidão de casamento religioso;
- III - declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
- IV - disposições testamentárias;
- VI - declaração especial feita perante tabelião;
- VII - prova de mesmo domicílio;



COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO MARITAL

- VIII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- IX - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- X - conta bancária conjunta;
- XI - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;
- XII - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;
- XIII - apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;



COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO MARITAL

- XIV - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;
- XV - escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente;
- XVI - declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou
- XVII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

➤ Subseção II - Do dependente - Art. 22, § 3º: Para comprovação do vínculo e da **dependência** econômica, conforme o caso, podem ser apresentados os seguintes documentos: (...).



PRAZO PARA A REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 37 da IN nº 13/TCER-2004: Os processos relativos à concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, de que tratam os artigos 26, 27, 28, **29** e 30 desta Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, **no prazo dez (10) dias, contados da publicação do ato concessório no Diário Oficial.**



RESOLUÇÃO Nº 37/TCE-RO/2006

Art. 2º: Os feitos submetidos a julgamento ou apreciação do Tribunal de Contas serão protocolados e somente autuados quando acompanhados da documentação estabelecida nas normas regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. Em caso de apresentação incompleta da documentação exigida, a Divisão de Expediente comunicará ao interessado para que no prazo de 15 (quinze) dias providencie a devida complementação, sob pena de devolução à origem e cancelamento do protocolo.



FALHAS FREQUENTES

1 – Ausência da documentação exigida pela IN nº 13/TCER-2004;

2 – Ausência de Parecer do Controle Interno, em desatenção ao que preceitua o art. 55 do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96);

3 – Remessa intempestiva da documentação exigida pelo TCE/RO;



FALHAS FREQUENTES

4 – Fundamentação legal:

- equívoco quanto à legislação infraconstitucional (citação da legislação errada ou artigos errados);
- equívoco na citação do texto constitucional (omissão da emenda constitucional pertinente ou citação da emenda errada).





FALHAS FREQUENTES

O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que, em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para a concessão do benefício - princípio *tempus regit actum*.

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça sumulou tal entendimento:

- Súmula nº 340 – A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.



FALHAS FREQUENTES

O TCE/RO possui o mesmo entendimento: “a pensão deve ser concedida com fundamento na norma legal vigente à época da ocorrência do fato gerador” (Parecer Prévio nº 40/2005-Pleno, item “b”).





FALHAS FREQUENTES:

5 – Proventos:

Fato gerador ocorrido na vigência da redação original da Constituição Federal

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 5º da Constituição Federal (redação original) c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).



FALHAS FREQUENTES

- Proventos (art. 40, §5º da CF/88, redação original): O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.



FALHAS FREQUENTES

- Paridade: (art. 40, § 4º da CF/88, redação originária): Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.



FALHAS FREQUENTES

**Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional
nº 20/98**

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 7º da Constituição Federal (com redação dada pela EC nº 20/98) c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).



FALHAS FREQUENTES

- Proventos: (art. 40, §7º da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98): Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no §3º.



FALHAS FREQUENTES

- Paridade (art. 40, § 8º da CF/88, redação dada pela EC nº 20/98): Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.



FALHAS FREQUENTES

Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional nº 41/03

- Fundamentação Legal: Art. 40 § 7º, inciso I ou II da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03 (caso o servidor falecido seja aposentado ou tenha falecido em atividade), c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).



FALHAS FREQUENTES

- Proventos: Aplicação de redutor (Art. 40, § 7º, I ou II da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03): Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou



FALHAS FREQUENTES

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.



FALHAS FREQUENTES

- Sem paridade: (Art. 40, § 8º da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03): É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

OBS: Em qualquer situação deve ser observado o que dispõe o art. 40, § 2º da CF/88 (redação dada pela EC nº 20/98): Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



ATO CONSIDERADO LEGAL

Resolução Administrativa n° 005/96 (RITCE)

➤ Art. 56: O Tribunal, mediante Decisão, determinará o registro do ato que considerar legal.



ATO CONSIDERADO ILEGAL

Resolução Administrativa n° 005/96 (RITCE)

➤ Art. 58: O Tribunal decidirá pela ilegalidade e recusará o registro ao ato de concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma ou pensão que apresentar irregularidade quanto ao mérito.



ATO CONSIDERADO ILEGAL

Resolução Administrativa n° 005/96 (RITCE)

➤ Art. 59: Quando o ato de concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma ou pensão for considerado ilegal, o órgão de origem fará cessar o pagamento dos proventos ou benefícios no prazo de quinze dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.



ATO CONSIDERADO ILEGAL

Resolução Administrativa n° 005/96 (RITCE)

➤ Parágrafo único: Caso não seja suspenso o pagamento, ou havendo indício de procedimento culposo ou doloso na concessão de benefício sem fundamento legal, o Tribunal determinará a instauração ou conversão de tomada de contas especial, para apurar responsabilidades e promover o ressarcimento aos cofres públicos, das despesas irregulares efetuadas.



CÁLCULOS DA PENSÃO

Exemplo 1

- Valor da remuneração contributiva/proventos do servidor falecido: R\$ 2.500,00
- Valor da pensão por morte: R\$ 2.500,00

Exemplo 2

- Valor da remuneração contributiva/proventos do servidor falecido: R\$ 5.000,00
- Valor da pensão por morte: $(5.000,00 - 4.390,24) =$
 $R\$ 609,76 \times 70\% = 426,83 + 4.390,24 = 4817,07.$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas – ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

Curso Atos de Pessoal

De 08 a 10/09

FIM

**Maria Gleidivana Alves de
Albuquerque**

(69) 3223-2821

maria.gleidivana@tce.ro.gov.br